



Senado Federal

# CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 3/2/2002

CARGO:

## **CONSULTOR LEGISLATIVO**

– ÁREA 3 –

**DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E AGRÁRIO**

CADERNO DE PROVA:

**PRIMEIRA ETAPA – PARTE II**

**CEESPE**  
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

CARGO: **CONSULTOR LEGISLATIVO**

**ÁREA 3 – DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E AGRÁRIO**

## INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta da prova objetiva da Primeira Etapa – Parte II: **Conhecimentos Específicos**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
- 4 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

## AGENDA

- I **5/2/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **6 e 7/2/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **28/2/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para as provas discursivas.

## Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 DOS RECURSOS do Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.



# SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

## CARGO: CONSULTOR LEGISLATIVO

### ÁREA 3 – DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E AGRÁRIO

Nas questões de 51 a 80, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará apenação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 51

Em cada um dos itens abaixo, é apresentada uma situação hipotética referente a defeitos jurídicos de negócios, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 1 Carlos vendeu a João um relógio dourado como se fosse de ouro, induzindo-o ao erro. Trata-se de situação de dolo direto.
- 2 Maria trocou relógio prateado como se fosse de prata com Pedro, que forneceu relógio dourado como se fosse de ouro, sendo ambos induzidos ao erro. Nesse caso, trata-se de erro bilateral.
- 3 Marta, por meio de ameaça, forçou Mário a comprar seu relógio usado. Nessa circunstância, trata-se de simulação.
- 4 Um devedor insolvente doou bem para amigo com a condição de que, posteriormente, este o devolveria. Nessa hipótese, trata-se de fraude contra credores.
- 5 Vanessa casou-se com Agnaldo e descobriu que ele, na verdade, era do sexo feminino. Nesse caso, trata-se de simulação.

### QUESTÃO 52

Julgue os itens subseqüentes com relação a contratos e seus princípios.

- 1 No direito civil, as coisas futuras podem ser objeto de contrato.
- 2 O princípio da supremacia da ordem pública relaciona-se à liberdade de contratar e consiste no poder de criar obrigações, o qual é conferido aos contratantes.
- 3 Em contratos de consumo, as cláusulas abusivas não são anuláveis.
- 4 No Código Brasileiro de Defesa do Consumidor (CDC), só existe a previsão normativa de regular contratos individuais.
- 5 Considerando-se, em um contrato, a inflação como fenômeno previsível, mesmo assim, segundo a jurisprudência dominante, pode ser invocada a cláusula *rebus sic stantibus*.

### QUESTÃO 53

Sebastião, filho único e pai de dois filhos, atirou em seu pai, Armando, viúvo. Sebastião foi condenado por esse ato, criminalmente, com sentença transitada em julgado.

Acerca da situação hipotética apresentada acima, e da legislação pertinente ao direito sucessório, julgue os itens que se seguem.

- 1 Sebastião, apesar de ter matado seu pai, terá direito, em qualquer hipótese, à herança, em face da ordem de vocação hereditária prevista no Código Civil.
- 2 Para a exclusão de Sebastião do rol dos herdeiros, basta o ato por ele cometido, que opera como razão de exclusão automática.
- 3 A ação de exclusão por indignidade deve ser proposta até quatro anos após a abertura da sucessão, sob pena de decadência.
- 4 Na situação apresentada, não há como Sebastião reabilitar-se.
- 5 Sebastião deixará de ser indigno à herança, caso seus filhos perdoem o ato por ele cometido.

### QUESTÃO 54

A firma Varejista Camargo, que costumeiramente vende bens, vendeu a Lima um computador da marca Mishiba, que vinha sendo exposto a intempéries cotidianamente. Lima convidou Júlio para jogarem juntos no novo computador. Procurou o manual de instruções de instalação do produto e verificou que este não havia sido fornecido pelo fabricante. Mesmo assim, ligou o computador, que explodiu. Júlio foi ferido e teve seu rosto totalmente queimado.

Considerando a situação hipotética apresentada à luz da legislação civil vigente relativa à responsabilidade civil, ao fato do produto e à defesa do consumidor, julgue os itens a seguir.

- 1 Por se tratar de produto industrial, ao fabricante caberia prestar as informações a respeito do computador, por meio de impressos apropriados, que devem acompanhar o produto.
- 2 No caso, o estabelecimento comercial Varejista Camargo pode ser responsabilizado.
- 3 Supondo que haja defeito de fabricação no computador, a firma Varejista Camargo, caso indenize Júlio, poderá mover ação regressiva contra o fabricante Mishiba, pedindo restituição de parte do que pagou.
- 4 Por ter sido a compra realizada por Lima, Júlio não tem direito de pedir indenização.
- 5 Nesse caso, entre Lima e a firma Varejista Camargo não há relação de consumo, sendo que Lima e Júlio não são consumidores perante a situação descrita.

### QUESTÃO 55

Julgue os itens abaixo, relativos às modalidades de obrigações.

- 1 Se Jurandir obrigou-se a entregar a Jonas um veículo e um animal, ele firmou uma obrigação composta cumulativa.
- 2 Se José obrigou-se a entregar a Cícero duas sacas de café, ele firmou uma obrigação divisível.
- 3 Se existirem vários devedores solidários passivos, cada um deles responde pela dívida inteira.
- 4 A obrigação do advogado, em regra, é uma obrigação de meio.
- 5 A obrigação do transportador de passageiros, em regra, é uma obrigação de resultado.

**QUESTÃO 56**

Lúcio contraiu com Leonel dívida de enorme quantia, decorrente de jogo de pôquer. Leonel recebeu parte do valor devido por Lúcio, que pagou espontaneamente, após Leonel tê-lo empregado em sua firma.

Acerca da situação hipotética apresentada e da legislação civil vigente relativa a obrigação natural, julgue os itens seguintes.

- ❶ Leonel pode exigir judicialmente o pagamento do restante da quantia devida por Lúcio.
- ❷ O valor que Lúcio pagou a Leonel pode ser objeto de ação de repetição do indébito.
- ❸ Lúcio e Leonel não poderão compensar, no futuro, o valor restante da dívida com as dívidas trabalhistas que Leonel — empregador — possa contrair com Lúcio — empregado.
- ❹ Dívidas de jogo, dívidas prescritas e juros não-convencionados são espécies de obrigações naturais previstas no Código Civil vigente.
- ❺ Obrigação natural é espécie de obrigação civil, podendo o seu cumprimento ser exigido pelo credor.

**QUESTÃO 57**

Julgue os itens abaixo, relativos a diferenças entre direitos pessoais e direitos reais.

- ❶ O direito real é absoluto e oponível *erga omnes*, enquanto o direito pessoal é relativo e vincula os sujeitos ativo e passivo.
- ❷ O direito pessoal possui o direito de seqüela.
- ❸ Os direitos reais são *numerus clausus*, enquanto os obrigacionais apresentam-se em número determinado.
- ❹ A obrigação *propter rem* constitui espécie exclusiva de direito real.
- ❺ Os direitos de vizinhança geram exclusivamente direitos reais, não produzindo direitos pessoais.

**QUESTÃO 58**

Fábio, com quinze anos de idade, dirigia embriagado e atropelou Flávia, com 23 anos de idade, tendo agido com culpa. Marco, pai de Fábio e dono do veículo, possuidor de capacidade plena, proibiu seu filho de dirigir a partir daquele momento, pois, antes, deixava a chave do carro à disposição de Fábio. Flávia, em decorrência do atropelamento, ficou paraplégica.

Com base na situação hipotética apresentada e considerando a legislação civil vigente relativa à responsabilidade civil por ato ilícito e obrigações solidárias, julgue os itens que se seguem.

- ❶ Fábio e Marco são solidariamente responsáveis pelo dano causado a Flávia.
- ❷ Marco é responsável pelo evento em razão de o causador do dano ser seu filho Fábio — *culpa in vigilando* — e por ter deixado a chave à disposição deste.
- ❸ Flávia, ao ingressar com ação indenizatória, pode movê-la contra Fábio, contra Marco ou contra ambos.
- ❹ Caso houvesse obrigação solidária passiva no exemplo apresentado, a solidariedade seria decorrente da vontade das partes.
- ❺ Se Fábio tivesse dezessete anos de idade, a situação jurídica com relação à solidariedade se modificaria.

**QUESTÃO 59**

Murilo — devedor — contraiu com Álvaro — credor —, seu filho e único herdeiro, uma dívida *quérable* de R\$ 100,00. Após o vencimento da dívida, Murilo falece, sem que tenha havido o pagamento.

Com base na situação descrita e considerando a legislação civil vigente relativa a obrigações bem como a doutrina a respeito da teoria geral das obrigações, julgue os itens a seguir.

- ❶ A dívida, em regra, deveria ser paga no domicílio de Álvaro.
- ❷ Na hipótese, houve forma de pagamento indireto com a extinção da obrigação.
- ❸ No caso, não haverá a extinção da obrigação, enquanto não houver pagamento em dinheiro.
- ❹ Na situação hipotética, há a figura da remissão da dívida com a sua conseqüente extinção.
- ❺ Se Murilo tivesse outros herdeiros, a dívida, em regra, não seria extinta totalmente.

**QUESTÃO 60**

Leandro, vendedor, com quatorze anos de idade, realizou, sozinho, contrato de compra e venda de uma barra de ouro com Henrique, comprador, plenamente capaz, que conhecia perfeitamente a incapacidade de fato de Leandro.

Considerando a situação hipotética apresentada e à luz da doutrina de Marcos Bernardes de Mello e Pontes de Miranda acerca do fato jurídico e da legislação a respeito da personalidade, julgue os itens subseqüentes.

- ❶ Há, na hipótese, um fato jurídico *lato sensu*.
- ❷ Na situação hipotética, quanto ao plano da validade e da eficácia, há um ato inválido que não surte efeitos.
- ❸ Todo fato jurídico válido produz, necessariamente, efeito imediato e todo fato jurídico inválido não produz, necessariamente, efeitos.
- ❹ Na situação hipotética, houve a transferência de propriedade em decorrência do contrato celebrado.
- ❺ Se Henrique não entrar com ação anulatória, o fato será convalidado tacitamente pelo decurso do tempo.

**QUESTÃO 61**

Fernando, casado no regime de separação legal de bens, contraiu dívida em seu nome, no valor de R\$ 1 milhão, com Benício, por mútuo. Fernando, mutuário, ofereceu em garantia um avião de propriedade da sua empresa, uma sociedade anônima.

Acerca da situação hipotética apresentada e com base na legislação e na doutrina relativas aos direitos reais de garantia, julgue os itens a seguir.

- ❶ O fato de o avião ser um bem móvel não impede que ele seja objeto de hipoteca.
- ❷ Não é possível a hipoteca do avião, pois o bem não pertence ao mutuário.
- ❸ Considerando que a hipoteca sobre o avião seja válida, caso haja o pagamento de parte substancial do empréstimo, pelo princípio da indivisibilidade, não se altera o ônus real que incide sobre o avião.
- ❹ Na hipótese de hipoteca, não haveria a transferência da propriedade do avião para Benício.
- ❺ Se o bem fosse um navio que pertencesse a Fernando e a sua esposa, seria o caso de penhora e não de hipoteca.

**QUESTÃO 62**

Julgue os itens que se seguem, relativos aos direitos das sucessões.

- ❶ O Código Civil considera possível a renúncia da herança condicional.
- ❷ A herança por estirpe, no sentido de linhagem, dá-se pela representação de herdeiro pré-morto.
- ❸ O grau de parentesco, medida do parentesco, entre um tio e o seu sobrinho é três.
- ❹ Perante o conceito de parentesco na legislação civil, o *clone* é parente do *ser clonado*.
- ❺ A companheira possui direitos sucessórios em relação aos bens do seu companheiro.

**QUESTÃO 63**

Com relação aos direitos do consumidor e ao CDC, julgue os itens abaixo.

- ❶ O contrato entre uma loja estabelecida sob a forma de sociedade anônima e um comprador de bens para uso é um contrato de consumo.
- ❷ Uma pessoa natural que vende, uma vez na vida, um carro para outra é fornecedor, conforme o CDC.
- ❸ De acordo com o CDC, a responsabilidade civil é sempre objetiva.
- ❹ O prazo prescricional para a reparação de dano oriundo de fato do produto é quinquenário.
- ❺ O CDC, à semelhança do Código Civil vigente, contém expressa previsão de desconsideração da pessoa jurídica.

**QUESTÃO 64**

É tendência atual do direito processual civil brasileiro o(a)

- ❶ hipertrofia do papel do juiz, com o aumento de sua participação no processo.
- ❷ constitucionalização do processo.
- ❸ visão instrumentalista do processo.
- ❹ aumento da garantia do duplo grau de jurisdição.
- ❺ superação do procedimento ordinário, com a adoção de formas procedimentais específicas e adequadas ao direito em litígio.

**QUESTÃO 65**

Em relação à disciplina da prova no processo civil, julgue os itens subsequentes.

- ❶ Sendo a verdade valor fundamental a ser buscado pelo juiz, se um processo tiver tido uma prova mal avaliada, a sua correção dará ensejo a ação rescisória e a recurso especial ou extraordinário, desde que, nos últimos dois casos, a questão tenha sido objeto de prequestionamento.
- ❷ É vedado ao juiz deferir a produção de prova requerida pela parte a quem não cabe o ônus de produzi-la.
- ❸ Dispondo o sistema legal de provas no direito brasileiro que a prova seja produzida no processo em que se vai sentenciar — excepcionados os casos em que a prova é colhida no juízo deprecado —, é meio ilegítimo de prova a chamada prova emprestada, ou seja, produzida em outro processo, ainda que sob o crivo do contraditório.
- ❹ Não vale como depoimento testemunhal, porque não produzido na forma prevista em lei — oralmente, na presença das partes e do juiz, com o rigor do contraditório — declaração de ciência, por escrito, de pessoa atestando a existência ou inexistência de fato.
- ❺ Tratando-se de causa relativa ao direito do consumidor, o juiz, ao despachar a inicial e antes de determinar a citação do réu, deverá determinar a inversão do ônus da prova, se verificar a verossimilhança das alegações do autor e se este for hipossuficiente.

**QUESTÃO 66**

Sérgio propôs contra Vilma, em janeiro de 1997, ação de reconhecimento de união estável e partilha dos bens comuns, alegando que a convivência entre ambos iniciara-se em dezembro de 1988 — após a promulgação da Constituição da República, que instituiu proteção especial a tal espécie de união — perdurando até dezembro de 1993. Vilma contestou a ação, alegando que um dos bens fora adquirido quando ainda era casada com Antônio — pleiteando, quanto a ele, declaratória incidental de bem reservado — e que os outros bens, embora adquiridos durante a convivência das partes, o foram com recursos exclusivos seus, não havendo Sérgio em nada colaborado para a aquisição deles. Alegou que Sérgio esteve desempregado durante todo o tempo em que viveram juntos. Sérgio, em réplica, alegou a incidência, na hipótese, da Lei n.º 9.278/1996 — que regulamentou o § 3.º do art. 226 da Constituição, estipulando o condomínio em partes iguais dos bens adquiridos por um ou por ambos os conviventes durante a união.

Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- ❶ Apesar da convivência entre as partes se haver iniciado após a promulgação da Constituição da República de 1988, não incidirá na espécie a Lei n.º 9.278/1996, que somente alcançará as uniões estabelecidas a partir da sua vigência.
- ❷ É cabível a declaratória de bem reservado requerida por Vilma, devendo, no caso, o juiz determinar que Vilma requeira a citação de Antônio para integrar a lide, sendo facultado a Sérgio participar do incidente como terceiro interessado.
- ❸ Se o juiz indeferir o pedido de declaratória incidental, Vilma deverá apelar da decisão, podendo o juiz exercer o juízo de retratação previsto para as sentenças que extinguem o feito sem julgamento de mérito.
- ❹ Tendo a união das partes terminado em 1993, antes, portanto da edição da Lei n.º 9.278/1996, não se aplica à ação que tramita entre as partes o dispositivo instituído por aquele diploma legal que determina ser da competência das varas de família o processo e julgamento das causas que versem a respeito da união estável.
- ❺ Na hipótese de Vilma ser funcionária pública federal, deverá a União ser citada para integrar a lide pois, na eventualidade de ser reconhecida a união estável, Sérgio poderá vir a ser beneficiário de pensão por morte de sua ex-companheira, caso em que a competência será deslocada para a justiça federal.

**QUESTÃO 67**

Em relação à preclusão, julgue os seguintes itens.

- ❶ De regra, a preclusão temporal atinge tão somente a parte, e não o juiz. Daí que, da inobservância dos prazos assinalados ao órgão judiciário, não decorre consequência ou efeito processual, não perdendo o agente jurisdicional o poder de praticar o ato de seu ofício.
- ❷ Quem sofre preclusão da faculdade de apresentar reconvenção não perde o direito de propor ação ordinária acerca daquilo que seria discutível na via reconvenção.
- ❸ Acerca dos pressupostos processuais e das condições da ação não há preclusão para o juiz enquanto não acabar o seu ofício jurisdicional na causa, pela prolação da decisão definitiva, desde que não suscitado o reexame da decisão interlocutória por tribunal superior que, nesse caso, vinculará o juiz de primeiro grau.
- ❹ Não tendo sido interposto recurso adequado, a decisão interlocutória incorre em preclusão *pro iudicato*, e o magistrado que a proferiu ficará impedido de reconsiderá-la, ressalvada a hipótese de matéria conheável de ofício.
- ❺ Não gera preclusão *pro iudicato* o despacho positivo de admissibilidade do recurso feito pelo órgão *a quo*, que pode rever sua decisão de admissibilidade, negando seguimento ao recurso, depois do oferecimento das contra-razões do apelado.

**QUESTÃO 68**

Proposta pelo Banco do Povo S.A. ação de rito ordinário para exigir o cumprimento de obrigação assumida pelo estado de São Paulo, e que deveria ser satisfeita no Distrito Federal (DF) a fazenda pública paulista contestou o feito no 45.º dia do prazo, alegando, em preliminar de contestação, a incompetência absoluta do juízo *ratione personae* já que, sendo pessoa de direito público interno, possui foro privativo em uma das varas da fazenda pública, não se submetendo a julgamento pelo juízo cível. Juntamente com a apresentação da peça de defesa, ofertou exceção de incompetência relativa do foro de Brasília, já que, pela regra do art. 94 do Código de Processo Civil (CPC), a demanda deveria ter sido no foro do domicílio do réu, a capital do estado de São Paulo.

O magistrado indeferiu de plano a exceção, por entendê-la intempestiva, e despachou no processo principal pelo acolhimento da preliminar de incompetência absoluta, remetendo os autos para distribuição a uma das varas da fazenda pública do DF. O estado de São Paulo agravou da decisão que rejeitou a exceção e o Banco do Povo S.A. agravou da decisão que acolheu a preliminar de incompetência absoluta. O juízo da vara da fazenda, ao receber os autos principais e os da exceção, entendendo que o foro competente seria o da capital do estado de São Paulo — domicílio do réu — despachou, remetendo os autos para aquela comarca. O juízo da vara cível, ao receber a cópia do agravo interposto pelo Banco do Povo S.A., retratou-se da decisão e, reconhecendo sua competência, oficiou ao juízo da Vara da Fazenda Pública, requisitando os autos de volta.

Acerca dessa situação hipotética e da legislação pertinente, julgue os itens a seguir.

- ❶ O juízo cível de Brasília não é competente para julgar ações movidas contra a fazenda pública do estado, pois este possui foro privativo em vara de fazenda pública.
- ❷ O juízo de retratação do agravo interposto na exceção somente poderia ter por objeto a tempestividade da exceção, jamais o seu mérito, já que o agravo foi interposto contra a decisão que inadmitiu a exceção devido a sua intempestividade.
- ❸ Havendo o juízo da vara da fazenda pública remetido os autos para a comarca de São Paulo, o relator do agravo interposto pelo Banco do Povo S.A. contra a decisão que acolheu a preliminar de incompetência absoluta deverá dá-lo por prejudicado, negando-lhe seguimento.
- ❹ Se o agravado, em qualquer das hipóteses, não se conformar com o juízo de retratação exercido pelo magistrado prolator da decisão agravada, poderá interpor reclamação ao tribunal, com efeito suspensivo.
- ❺ Se o juiz paulista a quem forem distribuídos os autos entender não ser competente, porque o foro seria o do local do cumprimento da obrigação, deverá suscitar conflito negativo de competência, que será dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

**QUESTÃO 69**

Julgue os itens subsequentes.

- ❶ Constata-se a formação de litisconsórcio facultativo ativo na ação proposta pela associação de pais de alunos das escolas particulares contra determinada escola para impedir a cobrança de taxa de matrícula ilegal.
- ❷ O reexame obrigatório é aplicável às sentenças proferidas contra a fazenda pública, as autarquias e as fundações públicas, mas não se estende às entidades da administração indireta, tais como as sociedades de economia mista e empresas públicas.
- ❸ Qualquer questão preliminar pode ser objeto de ação declaratória incidental, desde que a parte pretenda ampliar o âmbito de incidência objetiva da coisa julgada material.
- ❹ Nas hipóteses de remessa oficial, o juiz, ao proferir sentença, deve determinar que, transcorrido *in albis* o prazo recursal, seja aberta vista às partes para que apresentem suas razões para manutenção ou reforma da sentença pelo tribunal.
- ❺ A petição inicial pode ser emendada por ordem do juiz, ainda que o prazo decadencial de propositura da ação já se tenha exaurido desde que a ação tenha sido proposta no prazo.

**QUESTÃO 70**

O Ministério Público (MP) propôs ação civil pública contra a União para obter tutela inibitória no sentido de obstar a comercialização de carne contaminada pela doença da vaca louca, em defesa da saúde dos consumidores.

Em face da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

- ❶ A competência para processar e julgar a causa será determinada pelo autor da demanda, ou seja, será competente a justiça federal ou estadual, conforme o autor seja o MP federal ou estadual, respectivamente.
- ❷ O MP, na hipótese, estará atuando na defesa de interesses individuais homogêneos.
- ❸ Se a associação dos produtores de carne, visando preservar a boa qualidade do produto e o bom nome do setor, formulasse pretensão idêntica, estaria atuando na defesa de direito coletivo seu.
- ❹ Ainda que esteja em trâmite ação civil pública proposta pelo MP, eventuais consumidores prejudicados com a ingestão da carne não estariam impedidos de exigir individualmente a reparação do dano sofrido, pois não há litispendência entre a ação civil pública e as ações individuais.
- ❺ Recebida a inicial, o juiz deverá determinar ao MP que promova a citação dos demais legitimados para a propositura da ação para que integrem o pólo ativo da demanda pois, fazendo a sentença coisa julgada *erga omnes*, a hipótese é de litisconsórcio ativo necessário.

**QUESTÃO 71**

Em relação a recursos, julgue os itens seguintes.

- ❶ O princípio do dispositivo que delimita o âmbito da devolutividade de todos os recursos não é aplicável às hipóteses de reexame obrigatório da sentença.
- ❷ O acórdão que tenha concedido à parte mais do que fora pedido na inicial ou na apelação pode ser objeto de embargos de declaração com efeitos infringentes para que se retire dele o excesso, adequando-o ao pedido do autor ou do apelante, sendo desnecessária a anulação da decisão.
- ❸ Decisão pela qual o juiz rejeite determinadas provas e acolha preliminar de carência de ação, extinguindo o feito, deve ser atacada por agravo de instrumento — quanto à primeira questão — e apelação — quanto à segunda —, pois somente esta tem o poder de provocar a extinção da relação processual entre as partes.
- ❹ Decisão do juiz que, reconhecendo em relação a um dos autores a prescrição do direito de ação, decida o mérito, excluindo-o do feito e determinando o prosseguimento deste em relação aos outros autores, é passível de ser atacada por agravo de instrumento cuja decisão poderá ser, no futuro, objeto de rescisória.
- ❺ O prequestionamento da questão constitucional ou legal, requisito inarredável de admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, deve ser argüido pelas partes desde a propositura da ação e da apresentação da contestação, sob pena de preclusão.

**QUESTÃO 72**

Quanto aos requisitos de admissibilidade dos recursos, julgue os itens a seguir.

- ❶ Em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, deve ser recebida a apelação interposta contra decisão que indefira liminarmente a reconvenção, em vez do recurso correto, o agravo.
- ❷ Em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, deve ser recebido o agravo de instrumento interposto contra sentença que tiver indeferido a inicial, extinguindo o feito sem julgamento de mérito, antes da citação do réu.
- ❸ Em homenagem ao princípio da fungibilidade recursal, deve ser recebido, como recurso extraordinário ou especial, os embargos infringentes interpostos contra decisão proferida por maioria em mandado de segurança.
- ❹ É passível de impugnação, por agravo de instrumento, a decisão proferida pelo juízo *a quo* que admita a apelação.
- ❺ Se o tribunal der provimento a agravo de instrumento visando destrancar apelação tida por intempestiva, pelo juízo *a quo*, e, posteriormente, quando a própria apelação for apreciada, entendê-la intempestiva, estará impedido, pela preclusão, de reexaminar a questão afeta à tempestividade da apelação.

**QUESTÃO 73**

Ainda quanto aos recursos, julgue os itens abaixo.

- ❶ Em regra, são cabíveis embargos infringentes em favor da fazenda pública ou do particular de decisão proferida, por maioria, em remessa de ofício, sem que tenha sido interposta apelação pelas partes.
- ❷ A fundamentação do recurso é requisito essencial para sua admissibilidade.
- ❸ É irrecorrível a decisão que admita apelação, com o objetivo de inadmiti-la, mas pode ser impugnada por agravo a decisão que não admita o recurso de apelação.
- ❹ Se A interpuser recurso intempestivo contra decisão que beneficie B, e esse, devidamente intimado, não oferecer contra-razões ou não interpuser recurso adesivo, o tribunal estará impedido de pronunciar-se de ofício a respeito da questão, tendo em vista o princípio do dispositivo.
- ❺ O agravado deverá interpor apelação da decisão do juízo *a quo* que, retratando-se da decisão agravada, venha a extinguir o feito por falta de pressuposto processual.

**QUESTÃO 74**

Quanto ao julgamento nos tribunais, julgue os itens que se seguem.

- ❶ No julgamento colegiado, se um dos três juízes posicionar-se pela inadmissibilidade do recurso, por intempestividade, ficará impedido de prosseguir no julgamento do recurso, pronunciando-se acerca do seu mérito, passando, na hipótese, o quórum a ser composto pelo quarto juiz que tiver assento na turma.
- ❷ Decisão que, por maioria, admita o recurso de apelação e, no mérito, à unanimidade, dê provimento ao apelo para reformar a sentença *a quo*, dá ensejo à interposição de embargos infringentes quanto à preliminar de admissibilidade do recurso.
- ❸ O tribunal poderá reexaminar, de ofício, ao ensejo da apelação, questão a que se refere o art. 267, § 3.º, decidida pelo juiz no curso do processo, ainda que a parte prejudicada pela decisão não haja contra ela interposto recurso de agravo.
- ❹ Sendo de natureza declaratória a decisão acerca da admissibilidade do recurso, o despacho que inadmita o recurso terá sempre eficácia retroativa, o que vale dizer que a coisa julgada operar-se-á a partir do momento em que ocorreu o fato causador da inadmissibilidade e não do momento em que veio a ser proferida a decisão de não-conhecimento do recurso.
- ❺ É competente o STJ ou o Supremo Tribunal Federal (STF), respectivamente, para julgar a ação rescisória de acórdão contra o qual se tenha interposto recurso especial ou extraordinário, conhecido mas não provido.

**QUESTÃO 75**

Maria, vítima de grave lesão corporal decorrente de imprudência médica em cirurgia plástica a que se submeteu, ingressou com ação de reparação de danos, pleiteando a condenação do médico ao pagamento de R\$ 200 mil por danos materiais e morais, pleiteando, ainda indisponibilidade de tantos bens do réu quanto bastassem para garantir o pagamento da condenação pleiteada e o imediato levantamento da importância de R\$ 8 mil reais para cobrir despesas médicas e de internação hospitalar que se faziam urgentes e que impediriam o agravamento de sua saúde enquanto perdurasse o processo.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- ❶ O pedido de indisponibilidade dos bens do réu para garantir o pagamento da indenização pode ser feito na própria ação indenizatória e constitui antecipação dos efeitos da tutela principal.
- ❷ Na situação considerada, o pedido de levantamento da importância de R\$ 8 mil não constitui pedido de antecipação dos efeitos da tutela já que esta identifica-se com o próprio pedido final que, na hipótese, é de R\$ 200 mil. Constitui, assim, pedido de natureza cautelar a garantir que a saúde do autor seja preservada até o final do julgamento da causa.
- ❸ A reforma processual de 1994 em nada modificou a disciplina relativa às cautelares propriamente ditas, sendo certo que o pedido de indisponibilidade dos bens, constituindo pedido cautelar, deve ser objeto de ação própria, feito anteriormente ou incidentalmente ao pedido principal.
- ❹ Na hipótese em apreço, o juiz poderá, convencendo-se do perigo de dano existente para o autor e verificada a verossimilhança de suas alegações, antecipar totalmente os efeitos da tutela pleiteada, autorizando o levantamento imediato dos R\$ 200 mil.
- ❺ Na hipótese em apreço, o juiz poderá, ao prolatar a sentença condenatória na qual acolher inteiramente o pedido do autor, antecipar os efeitos da tutela em quantia não-superior a R\$ 8 mil, hipótese em que a eventual apelação contra a sentença será recebida, na parte que antecipar a tutela, somente em seu efeito devolutivo.

**QUESTÃO 76**

Quanto à tutela específica do art. 461 do CPC e ao processo de execução, julgue os itens seguintes.

- ❶ Nas ações para a obtenção da tutela nas obrigações de fazer, optando o autor pela conversão em perdas e danos, só poderá obter a quantia convertida após prévia liquidação e por meio de processo de execução autônomo, segundo o rito dos artigos que cuidam da execução para pagamento de quantia certa contra devedor solvente, se o devedor não cumprir voluntariamente o preceito condenatório previsto na sentença.
- ❷ A exceção de pré-executividade é medida excepcional que visa extinguir o processo de execução, quando ao título faltar algum requisito indispensável, exigindo-se, no caso, a garantia do juízo com depósito da quantia executada ou indicação de bens à penhora.
- ❸ A multa prevista no § 4.º do art. 461, fixada pelo juiz em sede de antecipação de tutela, somente pode ser executada a partir do trânsito em julgado da sentença final.
- ❹ O STJ entende ser penhorável, e portanto não ser alcançado pelo benefício instituído pela Lei n.º 8.009/1990, o bem que retornou ao patrimônio dos devedores por força de ação pauliana.
- ❺ O terceiro adquirente, prejudicado com a decisão que julga ineficaz, em relação ao credor do alienante, alienação feita em fraude à execução, pode pleitear o seu ingresso no feito como assistente do devedor ou propor oposição contra ambas as partes.

**QUESTÃO 77**

Com relação à posse de terras rurais e ao imposto territorial rural (ITR), julgue os itens subsequentes.

- ❶ O estrangeiro pode adquirir indiscriminadamente terras rurais em solo brasileiro.
- ❷ No Brasil, o ITR sempre foi de competência da União.
- ❸ O ITR não incide sobre pequenas glebas rurais, definidas em lei, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.
- ❹ O nu-proprietário é, em regra, contribuinte do ITR.
- ❺ O usufrutuário não é responsável tributário pelo pagamento do ITR.

**QUESTÃO 78**

Simão contratou com Soares o arrendamento de parcela de sua fazenda, por prazo indeterminado. Após um ano do contrato, concluída a primeira colheita e já iniciado o plantio da segunda sementeira, Soares, proprietário da fazenda, quis rescindir o contrato, com o que Simão não concordou.

Considerando a situação hipotética apresentada e a legislação pertinente, julgue os itens abaixo.

- ❶ Na hipótese, conforme doutrina dominante, há um contrato agrário, pois há direitos vinculados à produtividade da terra.
- ❷ Nos termos do Estatuto da Terra, Soares pode unilateralmente desfazer o contrato de arrendamento rural, pois já houve uma colheita.
- ❸ Nesse tipo de contrato, está vedado a Soares obrigar Simão a vender com exclusividade para ele a colheita realizada.
- ❹ Simão não responderá por qualquer deterioração ou prejuízo a que não tenha dado causa.
- ❺ Presume-se, em regra, feito no prazo mínimo de três anos, o arrendamento que não mencione, de forma expressa, a sua duração.

**QUESTÃO 79**

A respeito da desapropriação de terras para fins de reforma agrária, julgue os seguintes itens.

- ❶ As ações de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, são de competência da justiça federal.
- ❷ No Brasil, a figura da desapropriação por interesse social surgiu na Constituição da República de 1824.
- ❸ Segundo jurisprudência dominante do STJ, os juros compensatórios na desapropriação indireta incidem a partir da ocupação.
- ❹ Nos termos da legislação vigente, só as benfeitorias necessárias serão indenizadas em dinheiro.
- ❺ O estrangeiro residente no Brasil não pode, em nenhuma hipótese, arrendar imóvel rural.

**QUESTÃO 80**

Com relação ao instituto do usucapião especial, julgue os itens que se seguem.

- ❶ O usucapião é modo derivado de aquisição da propriedade e de outros direitos reais suscetíveis de exercício continuado pela posse prolongada no tempo.
- ❷ O usucapião especial está regulado no Código Civil brasileiro juntamente com o usucapião ordinário e extraordinário.
- ❸ A vigente Constituição da República, ao contrário das anteriores, prevê expressamente o usucapião de imóvel urbano.
- ❹ A posse ocorrida antes de 5 de outubro de 1988 pode ser contada para fins de usucapião especial urbano, conforme jurisprudência dominante.
- ❺ Uma pessoa que permaneça como locatária de imóvel por vinte anos não tem direito a adquiri-lo por usucapião.